



É urgente e necessário o aumento do salário e melhores condições de trabalho na Construção Civil

A construção civil tem uma importância central e insubstituível na economia portuguesa. Representa cerca de 6% do Produto Interno Bruto Nacional (PIB), emprega mais de 600 mil trabalhadores, na sua maioria constituída por imigrantes, encerra e pode assumir novas e elevadas capacidades de alavancagem de outros sectores produtivos, visando o aumento da produção nacional e o desenvolvimento económico e social do país.

A sua evolução ao longo de décadas dotou o sector de uma capacidade produtiva elevada, quer na concepção, quer no projecto e construção de infraestruturas e equipamentos estruturantes para o desenvolvimento e funcionamento do nosso país e em todo o tipo de construção e de habitação.

Ao mesmo tempo, ditadas pelos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros, nacionais e estrangeiros, que dominam o investimento e a actividade na construção civil, as condições gerais de trabalho, não só não acompanharam esta evolução geral do sector, como têm mesmo sofrido uma regressão social, em particular, no plano da remuneração salarial média do trabalho e no cumprimento de artigos da legislação laboral e do Contrato Colectivo de Trabalho (CCT) do sector em vigor.

Traduzindo a opção pela desvalorização do trabalho produtivo, esta baixa remuneração salarial, expressa num valor médio/hora muito generalizado, abaixo de 5 euros, atinge o conjunto dos trabalhadores, nacionais e imigrantes, assim como parte dos engenheiros, arquitectos e outros quadros técnicos.

Direitos iguais para todos!

Para o PCP são pressupostos e premissas fundamentais ao desenvolvimento sustentado do sector da construção civil:

- Uma significativa valorização salarial do trabalho, com um aumento geral dos salários para todos os trabalhadores e a concretização do salário mínimo nacional para 850 euros;
- O cumprimento do CCT e uma prática de igualdade e respeito pelos direitos do trabalho, iguais para todos os trabalhadores, condição para a melhoria das condições de vida de centenas de milhares de trabalhadores.

As principais exigências de cumprimento de um largo conjunto de artigos da legislação laboral e da aplicação

plena do CCT em vigor, a que estão obrigadas todas as empresas do sector da construção, centram-se na:

- Celebração obrigatória de contrato de trabalho, para todos os trabalhadores, nacionais ou estrangeiros, devendo ser entregue duplicado do mesmo ao trabalhador;
- Direito à formação e carreira profissional e à consequente progressão nesta, para todos os trabalhadores em actividade;
- Horário de trabalho normal de oito horas por dia, quarenta horas por semana, distribuído por cinco dias consecutivos de trabalho;
- Trabalho suplementar, prestado fora do horário normal de trabalho, tem de ter o acordo do trabalhador e ser pago com os seguintes acréscimos:
 - Mais 50% da remuneração base na primeira hora;
 - Mais 75% da remuneração base na hora seguinte;
 - Mais 100% da remuneração base, em dia de descanso semanal ou feriado;
- Pagamento do subsídio de refeição em vigor;
- Direito a 25 dias de férias, e à respectiva remuneração, nunca inferior ao salário mensal auferido em trabalho efectivo;
- Direito ao subsídio de férias, no valor igual à remuneração base auferida, e pago no início do principal período de gozo das férias;
- Direito ao subsídio de Natal, no valor igual a um mês da retribuição mensal base e pago por inteiro na remuneração salarial do mês de Dezembro.

Ainda neste plano da melhoria das condições de trabalho do sector, é igualmente essencial assegurar as seguintes condições:

- Fazer todos os descontos devidos para a segurança social, de forma efectiva e transparente;
- Cumprir a regra da pausa, no primeiro período de trabalho, para a respectiva “bucha” ou refeição ligeira, conforme o estipulado no CCT do sector da construção;
- Continuar a melhorar todas as condições de higiene, segurança e saúde do trabalho, com destaque para o conteúdo e espaços físicos das refeições;
- Dar combate a todas as práticas discriminatórias e cumprir em pleno o estipulado na lei e no CCT do sector, assegurando que todos os trabalhadores têm direito à igualdade de oportunidades e de tratamento no que se refere ao acesso ao emprego, à formação e promoção profissionais e às condições de trabalho.



Reforçar a produção nacional na construção civil!

A indústria da construção civil nacional produziu durante décadas materiais, ferramentas e equipamentos para a construção de elevada qualidade mas, fruto de uma cedência a interesses económicos que em nada beneficiou o país, tem-se assistido a uma destruição dessa mesma capacidade. Uma mudança do actual rumo, apoiando a produção nacional é necessária, para promover e dignificar a indústria da construção em Portugal!

No que à mão-de-obra diz respeito, o sector da construção civil tem sofrido as consequências da falta de aposta em formação profissional adequada, para assegurar que existem operários com as capacidades técnicas necessárias. O ensino técnico-profissional necessita de um novo impulso através de centros de ensino públicos onde seja ministrada a tão necessária formação para manter aquilo que durante décadas foi a bandeira da construção civil portuguesa: profissionalismo e a arte do bem-fazer.

Mas não basta ensinar. Não há jovem que queira aprender a arte de pedreiro ou cantoneiro, se a esperança for de receber salários baixos, sofrendo na pele o não cumprimento das obrigações por parte das entidades patronais. Temos assistido à fuga destes trabalhadores para outros países, onde o respeito pelas condições de trabalho e uma retribuição financeira mais justa são assegurados.

O mesmo se aplica aos quadros técnicos: o mercado de trabalho selvagem actual tem levado a que engenheiros e arquitectos sejam explorados, sem contratos de trabalho quando a lei assim o obriga, tornado o recibo verde como norma durante anos a fio para técnicos que estão sob a alçada da mesma entidade patronal.

O que eram profissões que tiveram elevada qualificação laboral, são hoje alvo do incumprimento das normas mais básicas da Lei do Trabalho, desrespeitando horários e obrigações de contribuição para a Segurança Social por parte de muitas entidades empregadoras e com vencimentos salariais/hora abaixo dos 5 euros, atentando contra a dignidade e as responsabilidades assumidas por engenheiros, arquitectos e outros quadros técnicos.

Esta prática verificada em inúmeras situações, requer o alargamento da intervenção do conjunto dos trabalhadores e de todos os que pugnam pelo desenvolvimento sustentado do sector da construção civil, na defesa de condições justas de trabalho para o conjunto dos profissionais do sector. Esta intervenção, tem tanto de importante como de urgente!

A ACT e o Governo PS, têm de assumir as suas responsabilidades!

O quadro laboral mais geral do sector e a falta de cumprimento da lei e de direitos básicos do trabalho, praticado e estimulado pelos grandes grupos económicos e financeiros, significam, entre outras consequências, o não pagamento devido de milhares de euros anuais a centenas de milhares de trabalhadores.

A Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) e o Governo não podem ignorar esta realidade, ou invocar o seu desconhecimento. Compete-lhes agir pelo pleno cumprimento da lei e dos direitos do trabalho em todo o sector da construção!

Esta intervenção premente, torna-se ainda mais imperativa face às condições de trabalho em que laboram grande parte dos trabalhadores de origem imigrante.

A estagnação e o retrocesso social e salarial, o não cumprimento da lei, não são uma fatalidade e não podem continuar a ser a marca e a regra das relações laborais no sector da construção civil!

O desenvolvimento sustentado do sector, a vida e o futuro de centenas de milhares de trabalhadores, exigem respeito, reconhecimento pelo engenho e trabalho duro no sector da construção civil, reclamam uma prática e uma melhoria constante das suas condições de trabalho e de vida.

Um PCP mais forte é essencial!

O PCP, quer junto dos trabalhadores, quer na Assembleia da República e em toda a parte, assume com toda a confiança, este combate social e político, pela dignificação do trabalho e de todos os trabalhadores, que será tanto mais forte e com resultados concretos, com a luta e intervenção determinada e sem medo, do conjunto dos trabalhadores da construção civil e com um PCP mais forte!

Adere e dá mais força ao PCP!

Organização do PCP para os Trabalhadores da Construção Civil da Região de Lisboa



email dorlpcp@dorl.pcp.pt
site dorl.pcp.pt

telefone 213 307 000
morada Avenida da Liberdade 170, Lisboa